

## Os godos na Aquitânia e a Queda do Império Romano Ocidental

Verônica da Costa Silveira  
Doutora em História - USP/Università degli Studi di Padova  
[dacostaveronica19@gmail.com](mailto:dacostaveronica19@gmail.com)

Enviado em: 02/11/2015

Aceito em: 16/12/2015

### Resumo:

A Queda do Império Romano Ocidental é um dos temas mais caros à historiografia dedicada à Idade Média. No processo que desencadeou a chegada dos bárbaros cumpre um papel ambíguo: ora decisivo para a decadência de Roma, ora relativo ou mesmo negado. O objetivo deste artigo é investigar a relação entre a Queda de Roma e a chegada dos bárbaros a partir de uma perspectiva que abrange a análise historiográfica e o confronto entre as fontes escritas e as evidências arqueológicas. Para a realização do estudo será analisado o caso específico dos primeiros assentamentos godos na Aquitânia.

**Palavras-chave:** *Queda de Roma; godos; Aquitânia*

### Abstract

The Fall of Rome is a very important subject to the historiography which deals with the Middle Ages. In the process that caused the decadence of the Empire the role of the barbarians is ambiguous: to some historians it is decisive to the Fall of Rome and to others it is relative or inexistent. The aim of this paper is to investigate the relation between the End of The Roman Empire and the arriving of the barbarians from a perspective that covers a historiographic analysis and the comparison between the written sources and the archaeological data. To the accomplishment of our aim we will study the specific event of the arriving of the Goths in Aquitania.

**Keywords:** The Fall of Rome, Goths, Aquitania.

### ***I. As narrativas do declínio***

Entre 1448 e 1458, Flávio Biondo escreveu sua obra *Historiarum ab inclinatione Romanorum imperii decades*. Nela ele se esforçou por compreender o período tenebroso representado pela chegada dos bárbaros e a Queda de Roma. Segundo Flavio Biondo, o enfraquecimento do Império começou com a subversão da República iniciada por Júlio César. A partir de então pereceram com a liberdade as artes de viver de maneira boa e honorável, o poder persuasivo das leis foi sublimado pela força de um homem, a virtude e a grandeza da alma se tornaram suspeitas e aduladores e devassos ascenderam aos cargos oficiais em lugar dos bravos. Assim Roma seguiu o caminho do declínio que outrora fora percorrido por outros povos e cidades que foram igualmente grandes.<sup>1</sup> Incapaz de se defender das hordas bárbaras por conta de suas fraquezas internas, sucumbiu.

Já no final do século XVIII Edward Gibbon publicou os volumes do seu clássico livro “A história do declínio e queda do Império Romano” no qual desenvolveu a narrativa que se tornou, ao menos em sua essência, a versão clássica para o desenrolar da história romana (McKITTERICK & QUINAULT, 1997. p.2): a arrogância das expansões engendradas pelo Império, aliadas com as loucuras dos distúrbios civis acentuados no século III enfraqueceram Roma e selaram o seu destino com as invasões bárbaras.<sup>2</sup>

Aproximadamente três séculos separam Flavio Biondo de Gibbon, o que os une, entretanto, é a preocupação em compreender as causas da Queda de Roma, isso porque para ambos a história de Roma era inquestionavelmente uma história de decadência, a narrativa<sup>3</sup> que a concretizaria era necessariamente uma narrativa rumo ao declínio. A presença dos bárbaros nas possessões ocidentais de Roma evidenciaria o decaimento do Império, e nesse sentido os assentamentos dos godos cumprem um papel central nas narrativas do declínio, como veremos a seguir. Importa agora ressaltar que sob a batuta desses autores e daqueles que os seguiram desenvolveu-se a relação inexorável entre a Queda do Império Romano e o fim da civilização antiga e, portanto, o seu resultado mais significativo para a historiografia: o marco divisor entre a Antiguidade e a Idade Média.

De acordo com essas narrativas, enfraquecidos, os imperadores eram incapazes de enfrentar as hordas bárbaras e toda e qualquer oposição à autoridade imperial.

Estabelecer alianças com os bárbaros se tornou uma necessidade, e aqui o papel dos Godos nas narrativas se apresenta. A fraqueza dos imperadores explicaria o acordo feito pelo rei godo Vália que ofereceu suas forças para lutar pelo Império contra os bárbaros que assolavam o Ocidente. Pelos serviços prestados o imperador Honório, por volta de 418, cedeu ao rei godo um trecho de terra que se estendia pela área do rio Garona, desde o Atlântico até o sul de Toulouse, na próspera província da Aquitânia. Mas a aliança com os bárbaros, que poderia sagrar Honório como um grande estrategista, se mostrou desastrosa. Gibbon assinalou: “A ruína das opulentas províncias da Gália pode ser datada a partir do estabelecimento desses bárbaros, cuja aliança era perigosa e opressiva, e que eram caprichosamente impelidos, por interesse ou paixão, a violar a paz pública.”<sup>4</sup>

Com algumas variáveis<sup>5</sup> as narrativas do declínio se tornaram a versão amplamente aceita sobre os rumos do Império e, por conseguinte, da civilização. Não por acaso. As fontes dos séculos IV e V dão poucas margens para outras interpretações. Dentre a mais importante delas está a obra *Res Gestae* escrita por Amiano Marcelino no final do século IV. No texto de Marcelino o impacto negativo da chegada dos bárbaros é difícil de ser negado:

Nesse período [ou seja, durante o início do governo de Valentiniano I e Valente c.365], enquanto as trombetas estavam soando as notas da guerra através de todo o mundo romano, as mais selvagens gentes se ergueram e avançaram através das fronteiras mais próximas. Ao mesmo tempo os *Alamanni* estavam devastando a Gália e a Raetia, os *Sarmatae* e *Quadi* a Panônia, enquanto os pictos, saxões, escoceses e *Attacotti* estavam assediando os bretões com constantes desastres. Os *Austoriani* e outras tribos mouras (*Mauricae*) faziam incursões pela África com mais ferocidade do que nunca e bandas predatórias de godos estavam devastando da Trácia e a Panônia. (Amiano Marcelino, *Res Gestae*. XXVI, 4, 5)<sup>6</sup>

O caráter predatório e drástico dos assédios bárbaros como um todo foram evidenciados por Amiano Marcelino. Naquele contexto geral, entretanto, destacam-se os godos que recorrentemente foram mencionados pelo autor. Tais menções indicam uma crescente participação dos godos na complexa trama política que marcava o Império no século IV: gradativamente os godos foram cada vez menos retratados como uma horda de bárbaros errantes e cada vez mais apontados como personagens inseridos na complexa trama política do Império. Um exemplo sintomático é a justificativa

apresentada por Amiano Marcelino para o início das incursões do imperador Valente contra os godos:

Enquanto esses eventos ocorriam na Gália e na Itália, uma nova campanha foi iniciada na Trácia. Já que Valente, de acordo com o desejo de seu irmão [Valentiniano I], a quem ele consultou e que pela vontade ele era guiado, tomou as armas contra os godos, influenciado por uma justa razão, a saber, que eles haviam enviado ajuda a Procópio, quando ele iniciou sua guerra civil.<sup>7</sup> (Amiano Marcelino. *Res Gestae*. XXVII, 4, 1.)

A guerra civil (*bellum civile*) mencionada por Amiano Marcelino é uma referência a tentativa de usurpação da dignidade imperial empreendida por Procópio, um comandante muito próximo ao imperador Juliano<sup>8</sup> que, preterido durante o breve governo de Joviano (FRIGHETTO, 2012, p.121), tentou assumir ilegitimamente o poder imperial no final de 365.<sup>9</sup> A suposta ajuda dos godos a Procópio aponta que já no final do século IV eles exerciam pressão política suficiente para mobilizar uma resposta armada por parte dos imperadores, tal pressão não se restringia aos danos causados pelas pilhagens, mas também a tentativas diretas de usurpar o poder imperial. Tal situação difere muito daquela da época de Juliano (361-363), quando o imperador menosprezou as ameaças que os godos poderiam representar: Juliano buscava inimigos mais dignos, com os godos, os mercadores gálatas poderiam lidar.<sup>10</sup>

Difícil ignorar a possibilidade de que a versão de Marcelino para a indiferença de Juliano era uma maneira de apontar a inaptidão do imperador, de fato o relato de Marcelino sobre Juliano é pouco elogioso. Nesse sentido os poucos anos que separam o governo de Juliano do evento de 365-366 não podem ser interpretados muito rapidamente como o momento de um vertiginoso crescimento das forças godas. Todavia, em termos gerais, a obra dá sustentação para as interpretações historiográficas que construíram as narrativas do declínio. Nela vemos os elementos principais que foram elencados pelos historiógrafos para fundamentar o processo da decadência de Roma: a fragilidade do próprio governo romano e os desastres provocados pelos assédios dos bárbaros, dentre os quais os godos.

A obra de Amiano Marcelino termina em 378, não lemos nela, portanto, os eventos importantes sucessivos a derrota de Valente: o saque de Roma comandado pelo rei godo Alarico I em 410 e os movimentos godos em direção à Gália que culminaram com o acordo de 418 e os assentamentos na Aquitânia. Sobre isso textos como o de

Próspero da Aquitânia e Idácio de Chaves são preciosos: além do fato de terem sido escritos pouco depois dos eventos relatados, seus autores habitavam nas proximidades do teatro dos acontecimentos. E a leitura dos escritos de Próspero e Idácio não trazem indícios de que a chegada dos bárbaros foi menos drástica do que nos indicou Amiano Marcelino, e assim continuou a ser quando os godos chegaram à região da Gália e da Hispânia.

Próspero da Aquitânia, que escreveu a primeira versão de sua *Epitoma Chronicon* por volta de 433, com revisões feitas possivelmente em 445 e 455 (MUHLBERGER, 1986), apontou que alguns anos depois do acordo de 418, aproximadamente em 436, os godos romperam o tratado de paz e avançaram para o Sul da Gália.<sup>11</sup> O relato indica que mesmo depois de assentados os godos não raro desrespeitavam os tratados e causavam danos, eram portanto aliados de pouca confiança. Esse mote aparece também na *Chronica* de Idácio de Chaves. Numa passagem do seu texto Idácio relata o acordo entre o rei godo Teodorico e o Imperador Ávito (455 - 456) no qual os godos deveriam atuar frente aos suevos. Teodorico enfrentou o rei suevo Requiário e o derrotou. Mas suas tropas não pararam e avançaram rumo à cidade de Braga, saqueando-a. Idácio explicita o drama do saque, informando que:

Muitos romanos foram tomados como cativos, as basílicas dos santos foram assaltadas; altares foram jogados ao chão e quebrados; virgens de Deus foram retiradas da cidade, mas tiveram a integridade preservada; o clero foi espoliado até a vergonha de sua nudez; toda a população, independente do sexo e com pequenas crianças, foi retirada dos lugares sagrados do santuário, o lugar sagrado foi preenchido com a presença sacrílega de jumentos, gado e camelos. Essa saque reviveu parcialmente os exemplos da cólera dos céus escritos sobre Jerusalém.<sup>12</sup> (Idácio de Chaves. *Chronica*, 174.)

Observamos em ambos os autores, mais uma vez, a presença de imperadores frágeis e dependentes de apoios bárbaros e a dissimulação dos bárbaros, nesses casos específicos dos godos. Próspero narra o desrespeito a acordos de paz e as tentativas de expansão dos godos para além da área cedida no pacto de 418. Idácio descreve a violência do saque de Braga no qual os romanos foram atacados – algo que não deveria supostamente ser perpetrado por um exército que agia em nome do imperador Ávito – e o total desrespeito dos godos pelos lugares sagrados. Nesses textos observamos a

gradual perda do controle romano sobre as províncias mais ocidentais e a afirmação dos bárbaros, dentre eles os godos, como uma nova e imponente força política.

O que se objetiva apontar com isso é que as interpretações tradicionais, as narrativas do declínio, não eram sem fundamentos. Elas se ancoravam na leitura das fontes, elas, em poucas palavras, traduziam o que autores como Amiano Marcelino, Próspero da Aquitânia e Idácio de Chaves registraram. Flávio Biondo, Edward Gibbon e autores que os sucederam interpretaram a história de Roma como uma história de declínio não apenas porque eram influenciados pelas leituras humanistas que outorgaram aos mil anos de história entre a queda de Rômulo Augusto e a tomada de Constantinopla a alcunha de “Idade Média” (SERGI, 1998. p.3-41), mas também porque leram as fontes, conheciam as narrativas que desde o século IV foram construídas sobre os bárbaros, os imperadores e, especificamente, o significado dos assentamentos godos na Aquitânia para os rumos do Ocidente romano. As narrativas do declínio não foram uma invenção humanista em todos os sentidos, a catástrofe que assolava Roma foi reconhecida desde que o suposto processo começou, assim, mais do que invenções, as narrativas do declínio sistematizaram, organizaram, o que as fontes escritas estabeleceram. Talvez a grande diferença, ou o “pecado” dos historiadores que nos antecederam, tenha sido o significado maior que outorgaram aqueles eventos: o declínio da própria civilização. Por muito tempo tal leitura se impôs quase como um cânone historiográfico,<sup>13</sup> apenas em meados do século XX a narrativa do declínio foi desafiada.

## ***II. As Narrativas da continuidade***

A partir da metade do século XX tanto o sistema de assentamento dos bárbaros quanto ao seu significado para o processo histórico foram questionados.

No que concerne aos assentamentos, os estudos de Walter Goffart foram cruciais para a revisão da versão clássica estabelecida inicialmente por Ernst Theodor Gaupp (GAUPP, 1844) e desenvolvida por pesquisadores como Ferdinand Lot (LOT, 1928). Fundamentalmente tal interpretação defende que os assentamentos dos bárbaros no Ocidente foram regulamentados pelo sistema de *hospitalitas*, instituição do direito romano segundo a qual o pagamento das tropas federadas se daria mediante a cessão de uma parte das terras pertencentes aos proprietários romanos. A partir de então se

consolidaram os primeiros assentamentos godos que, como vimos na leitura de Gibbon, escaparam do controle imperial. No livro “*Barbarians and Romans, A.D. 418-584*” de 1980 Goffart apresentou uma forte crítica a interpretação de Gaupp ao apontar que a remuneração dos exércitos bárbaros não ocorreu pela cessão de terras, e sim pela divisão de partes dos recursos recolhidos pelos fisco romano em uma determinada região. Nesse sentido, os pagamentos dos godos não foram as terras ao longo do Garona, e sim a prerrogativa de obter uma porção dos recursos fiscais recolhidos naquela região. A tese desenvolvida por Goffart em trabalhos posteriores foi resumida pelo próprio autor num artigo de 2010 (GOFFART, 2010. p.69-73), convém acompanhar os cinco pontos que a resumem para se ter uma dimensão da virada interpretativa promovida pelo historiador:

1. O Regime de *Hospitalitas* usado por Gaupp como evidência para a distribuição de terras, de acordo com Goffart, não previa claramente qualquer cessão de terras ou propriedades, mas sim a oferta de um abrigo e água para os hóspedes. Nesse sentido a tese de Gaupp não encontra evidências na lei romana evocada por ele próprio, a saber, o Código Teodosiano, 7.8.5.
2. No que concerne às terras, Goffart salienta a complexidade da posse delas. As terras poderiam servir para a habitação e cultivo, sem implicar a posse. Poderiam ser ainda de fato uma propriedade e poderiam ainda ser propriedade do governo que permitia a habitação e o cultivo com a contrapartida do pagamento de taxas. Assim, mesmo que os godos tivessem recebido as terras, seria difícil estabelecer em qual regime isso se deu.
3. O terceiro ponto elencado por Goffart usa justamente o exemplo dos godos para sustentar sua tese. O historiador evoca o Código de Eurico, uma compilação de leis feitas sob as ordens do rei godo Eurico por volta de 476 que chegou aos nossos dias de maneira fragmentada. O código menciona as *sortes gothorum* e as *tertia Romanorum*.<sup>14</sup> Goffart argumenta que as *tertias* eram terras que pagavam tributo ao fisco, um terço desses tributos permaneciam com o rei enquanto dois terços eram dados aos soldados godos que

deveriam dividir o recurso entre si, essas seriam as *sortes*. A *sors* não davam a propriedade aos godos, tampouco eram cultivadas por eles: essas atribuições permaneciam com os romanos. Em poucas palavras, isso significa dizer que a chegada dos godos à Aquitânia não implicou na perda de terras por parte dos romanos.

4. É o fato da permanência das propriedades nas mãos dos romanos que dá o gancho para o quarto ponto da tese de Goffart: os godos e seus reis não viviam da exploração direta das terras, não possuíam as terras. Seus recursos eram obtidos a partir das taxações impostas aos proprietários romanos.
5. O último ponto de Goffart é uma menção ao caso da Itália sob os godos “ostrogodos”, segundo ele o sistema aplicado lá era muito similar à situação da Aquitânia.

A interpretação de Goffart evidentemente torna a chegada dos bárbaros ao Ocidente muito menos drástica do que advogavam as narrativas do declínio. Uma vez que os bárbaros não ocuparam partes das propriedades dos romanos o impacto deles para as populações romanas foi bem menos danoso, os romanos apenas continuaram a pagar os tributos, só que agora eles eram recolhidos por outros agentes. Tal leitura traz ainda uma outra perspectiva importante que coloca em xeque os pontos principais das narrativas do declínio.

Goffart questiona as narrativas do declínio como um todo a partir de alguns pontos caras a elas. O primeiro deles era a ideia de que os bárbaros e os romanos formavam duas entidades claramente distintas e em direta oposição (GOFFART, 2008). Sobre isso o historiador levanta algumas questões. Primeiramente, tudo o que sabemos sobre os bárbaros vêm das mesmas fontes de informação que dispomos sobre os romanos. Foram os romanos que escreveram sobre os bárbaros, de modo que é sob a lente deles que vislumbramos os bárbaros. Nesse sentido, até que ponto podemos inferir que os bárbaros eram as “tribos” organizadas e bem distintas entre si que por vezes fazem entender as fontes romanas? Além disso, até que ponto podemos acreditar que os chamados “godos” pelos autores romanos se identificavam de fato como “godos”? Mas para muito além disso, Goffart levanta uma outra possibilidade que visa superar a oposição entre romanos e bárbaros negando que naquele período essa oposição existia.



Para ele, ela é uma projeção historiográfica. Os bárbaros faziam parte do mundo romano tal como os cristãos, ambos uma novidade enquanto presença massiva em Roma, mas nem por isso alienígenas naquele mundo. Goffart integrou os bárbaros ao Império, ao fazer isso ele negou aos bárbaros a responsabilidade pela destruição do Império, uma vez que nega essa própria destruição. Ora, se aos poucos de fato o gigante Império deixou de existir, “o esplendor da “Roma eterna” nunca foi obscurecido, e muito o que foi consubstanciado nesse Império - principalmente a religião - foi continuado na Idade Média e além dela”.<sup>15</sup>

Mas se Goffart foi incisivo em negar a ideia de declínio, Peter Brown fora além ao não só negar tal concepção, mas também ao engendrar e popularizar um novo termo para o período normalmente conhecido como “Alta Idade Média” ou “Idade das Trevas”.

No livro de 1972, *“The World of Late Antiquity: from Marcus Aurelius to Muhammad”* P. Brown já indicava no título a sua proposta. A Antiguidade, que tradicionalmente era vista como terminada com a queda de Rômulo Augusto, na verdade continuou. O termo “medieval” não se adequava ao século V uma vez que a intensa produção cultural da Antiguidade persistiu com enorme intensidade especialmente nas zonas mais periféricas, notadamente na área Oriental do Império. Brown, a partir de uma intensa análise dos textos produzidos naquele contexto, identifica na realidade uma revolução cultural fermentada por textos de orientação cristã que ocorria além das zonas mais centrais e privilegiadas pela análise historiográfica. Ao analisar o “fim do Mundo Antigo” procurando superar a lente da ideia de “crise” (BROWN, 1997. p. 15) o pesquisador não conseguiu vislumbrar o cenário catastrófico pintado pelas narrativas do declínio. Se Goffart, que o precedeu, hesita em usar o termo “Antiguidade Tardia”, Brown o cunhou e o transformou num norte historiográfico que até hoje é aplicado e, ao mesmo tempo em que desperta uma série de adeptos que fundamenta seus estudos no pressuposto da perenidade da antiguidade, suscita fortes críticas. Não é exagero dizer que a “Antiguidade Tardia” se tornou uma escola historiográfica<sup>16</sup> e com ela a defesa de que Império de alguma forma sobreviveu: por ter continuado como um ideal, como aponta Goffart, ou por jamais ter passado por uma crise nas proporções alardeadas por clássicos como Gibbon, como defende Brown.

Mas, como já enunciamos, nem os estudos de Brown nem os trabalhos de Goffart são uma unanimidade. Brian Ward-Perkins, por exemplo, lançou em 2005 seu livro com o sugestivo título “A Queda de Roma e o fim da civilização”<sup>17</sup> no qual defendeu incisivamente a ideia de que Roma de fato caiu, e com ela a própria civilização. Seu estudo, ancorado fundamentalmente em dados extraídos da arqueologia, indica um efetivo declínio da produção material e circulação de produtos, sem mencionar o declínio das cidades e da arquitetura. Para Ward-Perkins esses elementos inquestionavelmente ratificam as narrativas do declínio. Todavia, os trabalhos de Ward-Perkins possuem uma lacuna importante: eles reduzem Roma, e a própria complexa ideia de “civilização”, à sua materialidade.

Uma crítica mais sofisticada está presente nos estudos de Chris Wickham desenvolvidos ao longo de uma série de artigos e livros.<sup>18</sup> Resumidamente, Wickham analisa o tema do Fim do Mundo Antigo representado pela Queda de Roma a partir de uma leitura marxista. O interessante no trabalho do pesquisador é que seu ponto inicial é uma crítica à interpretação marxista clássica que identifica a substituição do modo de produção escravista pelo modo de produção feudal como o marco do fim da antiguidade, conforme Wickham tal explicação é equivocada uma vez que superestima o peso da escravidão em Roma. Essa teria sido marcante em um determinado espaço de tempo – entre o século II a.C. e o século II d.C. – até que deixou de ser o modo de produção principal no século III. Desde então a terra não era a fonte de renda principal da estrutura administrativa romana, e sim um sistema de taxaço que ao mesmo tempo em que era o pilar central do governo romano era a fonte da prosperidade do Império (WICKHAM, 1984). Sem ele a estrutura imperial não poderia sobreviver. E de fato, quando o sistema entrou em esgotamento entre 400 e 600, à luz do quadro traçado por Wickham, não poderia haver outra consequência além do colapso do próprio Império Ocidental. Wickham admite que o Império continuou a existir no Oriente, nesse sentido concordando em certa medida com Brown, mas infere-se que essa sobrevivência numa determinada região não pode ser generalizada para todo o mundo romano a ponto de negar sua queda. Tampouco a permanência do ideal ao redor do “Estado Romano”, nas palavras do pesquisador (WICKHAM, 1984. p.14), pode ser o suficiente para reconhecer que uma profunda transformação ocorreu, transformação que significou sim tanto o fim de Roma quanto o do Mundo Antigo.

Mas é em relação ao estudo de Goffart que a hipótese de Wickham traz uma crítica poderosa. Ora, notamos como o sistema de taxação cumpre um papel de peso no argumento de Goffart. Se ele, como argumenta Wickham, entrou em colapso, como poderia funcionar de maneira eficiente como fonte de recursos para a remuneração dos exércitos bárbaros que apoiaram Roma? Nesse sentido, os assentamentos dificilmente seriam tão pacíficos como apontou Goffart, e de fato não parecem ter sido (MATHISEN, 1984. HALSALL, 2007. p.417-454).

Chegamos assim num impasse. Nenhum dos estudos até aqui apresentados pecam por falta de bons indícios para sustentar tanto a queda quanto a perenidade de Roma. Em quase todos eles, sendo a exceção o trabalho de P. Brown, os bárbaros têm um lugar na narrativa: ou como continuadores da herança romana ou como, em certa medida, responsáveis por seu declínio. Nossa intenção é contribuir com o debate.

Nas próximas páginas apresentaremos uma proposta de análise do tema da “Queda de Roma” a partir de uma leitura que se esforçará por enfrentar a espinhosa questão concatenando as fontes escritas com os dados arqueológicos sobre os godos na Aquitânia, aqueles que quando assentados foram um dos principais estopins para a queda, ou a continuidade, de Roma. Não se trata aqui de pressupor que essas fontes de diversas naturezas formam um todo que quando unido nos revela uma quadro coerente sobre os destino do Império e dos bárbaros. Antes de tudo o que se objetiva é pensar sobre o universo de informações que dispomos: e ele não nos permite assumir com segurança nem a Antiguidade Tardia, a Roma perene, nem a Idade Média, a Roma decaída, como qualificativos justos para o nosso período.

### ***III. Os godos: o povo [in]existente***

O embate apresentado não pode ser resolvido sem colocarmos na equação os “godos”: se eles foram um fator determinante para a queda de Roma ou não pressupomos a existência deles, afinal, que impacto pode causar algo que não existe? Ora, para Flávio Biondo, Gibbon e tantos historiadores que escreveram até meados da dos anos de 1960 a existência dos godos, tal como a dos outros povos germânicos, era um dado concreto. Para vislumbrar os movimentos deles até os primeiros assentamentos na Aquitânia bastava confrontar textos como a Gética de Jordanes com seus traços arqueológicos.

Tais movimentos teriam seguido basicamente o seguinte roteiro: Os godos partiram, talvez entre 20 e 100 d.C. (SHCHUKIN, 2006. p.14), sob a liderança de Berig, de uma ilha chamada *Scandza*, localizada no Mar Báltico, em frente à foz do rio Vístula.<sup>19</sup> Essa ilha foi identificada com parte da Escandinávia, especificamente Gotland, na atual Suécia (BRINK, 2008. p.87-112). Eles então se espalharam pelo continente a partir do norte da atual Polônia, o que seria observável por uma transformação material ocorrida entre os séculos I e II d.C. que significou um impacto nas culturas Oxsywie e Przeworsk que eram dominantes entre as áreas do Vístula e do rio Oder até esse período. A mudança mais notável ocorreu nas formas de sepulturas, que passaram a apresentar disposições feitas com pedras, algo característico justamente da região de Gotland (SHCHUKIN, 2006. p.15), essa cultura material foi denominada Wielbark. Anos depois, talvez entre 175 e 242 d.C. (SHCHUKIN, 2006. p.14) o rei Filimer guiou os exércitos godos em direção ao Mar Negro. Sob o ponto de vista arqueológico, esse movimento poderia ser atestado pela expansão da cultura Wielbark pela Bielorrússia e a Ucrânia entre a segunda metade do século II e ao longo do século III (SHCHUKIN, 2006. p.18). A partir da primeira metade do século III o surgimento de outras culturas, nomeadamente a Sântana-de-Mureș/Černjachov na área que abrange a região limitada ao norte pela Volínia, a oeste pelos Cárpatos, ao sul pelo Danúbio e o Mar Negro e a leste pelo Donets foi associada com um misto de vários grupos que se uniram em confederações, entre eles estavam os godos (KULIKOWSKI, 2007. p.63). Esses movimentos seriam todos, como observamos, extraídos de interpretações que associam fontes escritas (principalmente a Gética de Jordanes) com materiais arqueológicos. Até a década de 1960 essa combinação foi compreendida como uma forte evidência de verdadeiras migrações de povos. Com uma visão tão certa, tão coerente, tanto da existência dos godos quanto do processo de declínio, não era surpreendente adicioná-los à narrativa da decadência.

Foi o trabalho de Reinhard Wenskus (WENSKUS, 1961) e especialmente o desenvolvimento de sua tese nos estudos de Herwig Wolfram<sup>20</sup> (WOLFRAM, 1970; 1979; 1987; 1990) que fundamentaram o caminho para o surgimento de sérios questionamentos sobre a existência dos “povos germânicos”, especialmente os godos, como uma unidade populacional coerente, como, em poucas palavras, efetivamente um “povo”.

Esses estudos buscaram superar a ideia tradicional das migrações. Eles modificaram o problema: não se tratava mais de entender o impacto da chegada dos bárbaros no Ocidente, mas de compreender quem eram esses bárbaros, como essas tribos se formavam. Elas não eram unidades constituídas por indivíduos que faziam parte de um mesmo grupo biológico e que como um bloco migraram para o Império e mudaram os rumos da história. Eram sim grupos que agregavam diversos indivíduos, as vezes de múltiplas origens étnicas, que se uniam em torno de famílias cujo poder era sustentado pela manutenção de “núcleos de tradição” (*Traditionkernen*), a saber, núcleos de lendas tradicionais cujas origens remontavam a um distante passado e outorgava a tais famílias uma legitimidade política com tonalidades míticas. A manutenção da autoridade dessas famílias era o cimento que mantinha grupos, não raro heterogêneos, unidos. Não se tratava de questionar as migrações vindas de *Scandza*, mas de rejeitar que tais migrações foram verdadeiros movimentos de povos. Além disso, com a intensificação do contato com os romanos essas tradições se modificaram, os líderes bárbaros se adaptaram ao novo ambiente no qual se encontravam e o processo dinâmico enfatizado por Wenskus e Wolfram mostrava a sua força, mas algo continuava.

O que permanecia eram as raízes, a tradição centrada no grupo familiar que concentrava a autoridade política, aquele que portava o núcleo da tradição originário do ponto de partida das migrações. O que os estudos de Wenskus e Wolfram questionaram, assim, foi a concepção de que as migrações representaram verdadeiros movimentos de povos que traziam uma realidade histórica concreta e estável. Ao invés disso, os pesquisadores apontaram para a dinâmica da formação de novas identidades a partir de um núcleo centrado em famílias com prestígio político, em volta desse grupo familiar outros indivíduos, de diversas origens, se agregavam e assumiam uma nova identidade. Dessa maneira, ao falarmos em “godos” estamos falando de um grupo que integrava elementos múltiplos. Não se tratava de um “povo”, no sentido atual do termo: relacionado com uma origem comum, ao pertencimento a uma pátria, à existência de um senso de solidariedade oriundo de uma história compartilhada. Tratava-se antes de uma construção narrativa que criava o senso de pertencimento ao grupo. E para dar conta dessa especificidade o termo latino *gens* foi privilegiado por Wenskus.

Diante dessa fluidez, a interpretação dos dados levantados pela a arqueologia também foi questionada. Wenskus apontou em seu estudo que embora um núcleo de tradição sobrevivesse durante as migrações, esses grupos que migravam entravam em contato com vários outros grupos de diversas origens, dessa maneira, a cultura material agregava diversos elementos. Por fim, o que conseguimos hoje encontrar nos sítios arqueológicos atribuídos aos bárbaros não revela a presença de nenhum grupo étnico específico, e sim um amálgama de diversos grupos (BURMEISTER, 2000. p.240) Disso notamos que não é possível identificar uma cultura “goda” nesses sítios arqueológicos, o que dificulta enormemente o trabalho de reconstruir a rota migratória desse grupo e mesmo dizer com certeza o que ele era exatamente. Em outras palavras, o termo “godo” presente nas fontes escritas poderia se referir a um aglomerado humano formado por indivíduos de diversas origens, de modo que é extremamente arbitrário dizer que ali lemos uma referência direta a um “povo godo”. Além disso, o material arqueológico dito “godo” poderia antes de tudo indicar uma diversidade de grupos que formavam unidades genericamente chamadas de “godas”.

Tais pesquisas representaram uma significativa virada na maneira como os bárbaros eram vistos, mas mais do que isso, colocaram a dinâmica interna das populações bárbaras como a chave de interpretação principal para compreender os processos que desencadearam o fim da preponderância da autoridade política romana no Ocidente, em poucas palavras, a famosa “Queda do Império Romano” (WOLFRAM, 1987. p.1-18). Isso porque o processo de formação dessas identidades foram cruciais para a formação dos reinos romano-bárbaros, quando essas *gentes* se identificaram com uma *patria* e forjaram as *regna*.<sup>21</sup>

Contemporaneamente, Walter Pohl (POHL, 1998; 2002; 2003; 2004; 2005; 2011; 2013) representa o mais eminente nome dentre aqueles que seguem os nortes apontados por Wenskus e Wolfram. Amparado numa grande preocupação teórica centrada no arcabouço conceitual desenvolvido pela antropologia em torno da ideia de “etnogênese” (POHL, 2013. p.1-64) – que fundamentalmente ataca a ideia de que os povos são unidades quase que orgânicas desprovidos de desenvolvimento histórico – argumenta que os “godos”, e outros “povos bárbaros” foram fruto de uma construção histórica. A saga descrita, por exemplo, por Jordanes, que narrou as migrações a partir de *Scandza* (comumente traduzida como “Escandinávia”) até os assentamentos na

*Dacia*, a divisão entre ostrogodos e visigodos, os avanços rumo ao Ocidente e assim por diante, mais do que o testemunho de uma história “efetiva”, concreta, era parte do processo de construção de uma identidade étnica ancorada na edificação de uma memória de um passado glorioso: mais idealizado do que “real”, no qual os contatos com o Império Romano foram cruciais para dar uma forma presumivelmente uniforme no âmbito de uma grande diversidade étnica.

Não é difícil imaginar que tal leitura provocaria uma forte reação entre os especialistas. Tais reações, *grosso modo*, podem ser divididas em duas frentes. A primeira se refere a algo que podemos chamar de crítica conceitual relacionada com o valor que as construções identitárias teriam para o processo histórico. Nessa frente, mais uma vez, W. Goffart desempenhou um papel central.

O ceticismo do autor diante das hipóteses sobre as migrações bárbaras pautadas na lente do conceito de etnogênese já despontava no trabalho de Goffart na década de 1980. Num artigo sobre os *Decem Libri Historiarum* de Gregório de Tours, Goffart recusou a possibilidade de usar a obra do bispo de Tours como uma evidência para as identidades étnicas. Segundo ele, nas poucas passagens em que Gregório de Tours mencionou distinções étnicas elas tinham mais um papel circunstancial do que revelavam uma clareza de tais diferenças, que não tinham qualquer importância para o bispo. Gregório, afirma o historiador, via o mundo povoado por homens e mulheres cujas singularidades se baseavam em seus atos – bons ou maus – e não em suas origens étnicas (GOFFART, 1982. p.94).

A crítica de Goffart se intensificou até culminar no artigo *Does the Distant Past Impinge on the Invasion Age Germans?* (GOFFART, 2002. p.21-27). A dúvida assinalada no artigo de 1982 se transformou numa forte crítica à ideia de que a memória idealizada de um passado glorioso que fundamentaria as identidades étnicas seria um tema relevante para a historiografia. Para Goffart tal aproximação ao tema é um equívoco sob todos os pontos de vista. Primeiro, porque ele responde mais a anseios contemporâneos do que a um real problema para as pessoas daqueles séculos, conseqüentemente tal abordagem não tem nada a dizer, nada a explicar, sobre o período das migrações bárbaras. Segundo, e mais importante, Goffart aponta que o trabalho de Wolfram, que inspira os estudos que seguem a linha da explicação etnogênica, não traz nenhuma evidência sólida para as afirmações que faz. Em poucas palavras, os estudos

de Wolfram pecam onde justamente pretendiam inovar: por uma análise tendenciosa das fontes,<sup>22</sup> por uma incapacidade de reconhecer temas romanos e atribuí-los a uma tradição germânica<sup>23</sup> e por explicações sem qualquer fundamento extraídas de termos isolados.<sup>24</sup> Para Goffart, o período das migrações e os assentamentos bárbaros no Ocidente e o seus desdobramentos em reinos não se explica pelo surgimento de novas identidades étnicas em torno de famílias que portavam uma tradição ancestral oriunda de *Scandza*: primeiro porque não é possível distinguir qualquer traço dessa tradição que uniu diversas *gentes* em uma *gens*, segundo porque as migrações eram apenas movimentos de pessoas que não portavam nenhuma tradição em particular, uma vez que não tinham isso como uma preocupação.

Na linha argumentativa de Goffart uma série de pesquisadores publicaram estudos reunidos naquele que talvez seja hoje o mais incisivo livro de ataque à escola<sup>25</sup> inaugurada pelos trabalhos Wenskus/Wolfram. O volume “*On Barbarian Identity. Critical Approaches to Ethnicity in the Early Middle Ages*” editado por Andrew Gillett e publicado em 2002 declaradamente é uma resposta ao o que Gillett chama de “Etnogênese *Traditionskern*” (GILLETT, 2002. p.7). Entre artigos que enfatizam o caráter político por trás desse tipo de estudo – caráter político este que no século XIX e na primeira metade do século XX legitimou os discursos de pureza étnica (MURRAY, 2007. p.39-68; ainda: WOOD, 2008) – e artigos que questionam a leitura das fontes de partidários da etnogênese (GILLET, 2002. p.85-121), o volume reúne textos que pretendem atacar as hipóteses da etnogênese a partir de diversas frentes.

A segunda frente de crítica se relaciona com o que podemos chamar de uma interpretação mais tradicional das fontes. Ela advém principalmente de pesquisadores que lidam com a arqueologia e foi ilustrada já no início desse tópico quando versamos sobre as supostas evidências arqueológicas das migrações dos godos. Um leitor mais atento pode ter notado que embora tenhamos falado de uma interpretação que atravessou os séculos (desde o XV até o início do XX), citamos pesquisadores que escreveram no século XXI, nomeadamente S. Brink e M. Shchukin. Isso porque esses autores defendem a possibilidade de verificarmos a migração dos godos nas fontes arqueológicas, uma migração mais significativa do que aquela da tese de Wenskus/Wolfram. Junto a Brink e Shchukin podemos mencionar também os estudos de V. Bierbrauer (BIERBRAUER, 1994) e, de maneira mais crítica,<sup>26</sup> M. Kazanski



(KAZANSKI, 1991).

Encontramos portanto um debate tripolarizado entre os partidários da tese Wenskus/Wolfram, os seus críticos no ponto do valor do problema e de sua possibilidade para a compreensão das migrações e suas consequências para o processo histórico e, finalmente, aqueles que adotam uma leitura mais tradicional principalmente das fontes arqueológicas que confirmariam narrativas como a de Jordanes. Todo esse debate é importante por uma questão central: se a existência, ou pelo menos a natureza da existência, dos godos enquanto um povo é algo questionável, e tendo em conta que tais questionamentos se estendem para todos os demais bárbaros, como podemos mensurar a participação deles na Queda de Roma à luz desses novos trabalhos? Como podemos analisar, sob esses novos pontos de vista, as narrativas da continuidade e as narrativas do declínio?

Tentemos responder a essas perguntas com um exercício de análise de caso: os assentamentos godos na Aquitânia.

#### **IV. Os godos na Aquitânia**

Ao retomarmos a análise das narrativas escritas temos a informação de que os godos provocaram grandes distúrbios na Gália. O desrespeito sistemático ao acordo de 418 e os movimentos para além da área designada para ser o local do assentamento redundou em saques e na subsequente expansão da área sob a autoridade dos godos. Se no início eles estavam restritos a região as margens do Garona, em 500 eles já dominavam a Gália até o Loire e quase todo o sul da Hispânia.

Esse primeiro elemento já traria subsídios para afirmarmos que ou as hipóteses mais tradicionais ou a de Wenskus/Wolfram fazem sentido. Se levarmos em conta as hipóteses tradicionais não teremos grandes dificuldades. Os godos migraram de *Scandza* e seguiram a saga narrada por Jordanes até finalmente chegarem na Aquitânia e iniciarem o processo de expansão que culminou com o nascimento do Reino Visigodo. Ali eles implementaram a cultura de seu povo e fundaram um novo reino sobre as ruínas da Roma que ajudaram a derrubar com suas conquistas.

Por outro lado, se seguirmos a tese Wenskus/Wolfram o cenário se complica um pouco. Pequenos grupos migraram desde *Scandza* até a Europa continental. Ao longo das décadas em que permaneceram em movimento na Europa continental, novos

indivíduos se uniram aos grupos originais e, principalmente, às lideranças desses grupos que legitimavam o próprio poder remetendo-se às origens gloriosas de seus membros. Essas histórias gloriosas das famílias poderosas foram preservadas pelas narrativas das origens das *gentes*, gênero narrativo no qual se enquadra a Gética de Jordanes. Pois bem, esses grupos, que agora era multiétnicos, assumiam a identidade do grupo central, no nosso caso, dos “godos”. As migrações e o crescente contato com o Império Romano modificaram esses grupos que se adaptaram ao novo ambiente romano: assumiram as estruturas políticas romanas, enfatizaram a identidade “goda” como um instrumento de afirmação política e fundaram reinos que preservavam, graças as famílias poderosas, as tradições do passado em *Scandza*, mas, principalmente, mantiveram-se graças a manutenção do que foi possível do legado romano. Nesse sentido, fica aparente que a hipótese Wenskus/Wolfram dá margem para a continuidade das estruturas de Roma e oferece uma base para a relativização da crise e Queda de Roma.<sup>27</sup>

O que há em comum entre as duas hipóteses é que elas dão um significativo peso aos bárbaros, a partir de prismas diversos, ao processo tanto da Queda quanto da continuidade de Roma. Mas há um outro elemento que deve ser adicionado à equação para verificarmos os limites e possibilidades das duas hipóteses: a presença inquestionável dos godos na Aquitânia existe apenas nas narrativas escritas. Isso significa que a partir das análises dos resquícios arqueológicos da Aquitânia datados daquele período não são encontrados elementos que atestem que os godos foram assentados ali e tampouco que causaram grandes distúrbios (MATHISEN, 1984).

A questão é complexa e exige que seja retomado o problema da possibilidade de identificarmos elementos étnicos nos resquícios arqueológicos. Para autores que reconhecem essa possibilidade, na linha argumentativa de pesquisadores como V. Bierbrauer e M. Kazanski, a presença goda na Aquitânia é efetivamente passível de observação nos sítios arqueológicos. Ela pode ser observada por exemplo pela presença de fíbulas “visigodas” que atestam a migração dos godos para a área.<sup>28</sup>

Por outro lado, pesquisas recentes trazem interpretações radicalmente contrárias. O primeiro ponto de questionamento é cronológico. Nesse sentido, os estudos de López Quiroga ilustram bem o problema ao mostrarem que muitos dos artefatos atribuídos aos godos encontrados na Hispânia na realidade tinham origem danubiana e são datados de

um período anterior ao século V, época da expansão dos godos da Aquitânia até a Hispânia. Portanto, tais artefatos indicam mais a existência de uma zona de comunicação entre a Hispânia e a região do Danúbio do que a prova das migrações dos godos para a Aquitânia e depois para a Hispânia (LÓPEZ QUIROGA, 2001). B.K. Young (YOUNG, 2012. p.183-201) acrescenta um dado que torna o problema ainda mais instigante. No que concerne à expansão dos godos para o Norte da Gália, a presença de fíbulas posicionadas nos ombros nos corpos sepultados em túmulos femininos mais uma vez se relacionavam com uma vestimenta oriunda das elites danubianas, de modo que usá-las como evidência da expansão específica dos godos é absolutamente difícil. O que os estudos de López Quiroga e B.K. Young apresentam é antes de tudo a intensidade das relações entre a zona do Danúbio e as províncias mais Ocidentais do Império Romano, não, mais uma vez, a prova da chegada dos godos. O que é ainda mais impressionante é que essas fíbulas não são encontradas na Aquitânia, justamente a área original dos assentamentos godos. Não se observa, portanto, um movimento expansionista godo a partir da Aquitânia até o sul da Hispânia e o norte da Gália.

A única possível evidência arqueológica para a presença goda na Aquitânia seriam os sarcófagos ímpares encontrados naquela região. Os sarcófagos são de todo singulares, as tampas têm uma forma piramidal e os desenhos esculpidos trazem motivos particulares, E. James descreveu esses sarcófagos da seguinte maneira:

They are in general made from marble quarried at Saint-Béat, on the upper reaches of the Garonne. Their decoration varies considerably. Some resemble the mid-fifth-century sarcophagi of Marselhas, with their rows of apostles under arches. Others show considerable originality, combining apostles and Biblical scenes with vine - or ivy-scroll, or else covering the whole sarcophagus with sober arabesques of vine-ornament. The most ubiquitous feature is the flatness of the relief, quite unlike classical sarcophagi, but resembling the funerary sculpture of the Upper Garonne region of the mid-Imperial period. These south-west Gallic sarcophagi are to be found on both sides of the political frontier of Septimania, and Narbonne and Béziers in Septimania are, with Toulouse, Agen, Bordeaux, the main centers of the production, or at least of the use, of these luxury items. (JAMES, 1980. p. 230)

Esse estilo é único e encontrado apenas naquela região (SIVAN, 1986. JAMES, 1993). Sobre esses sarcófagos ocorre um significativa debate, o primeiro deles referente à data em que foram produzidos, que varia do século V ao VII. J.B. Ward-Perkins (WARD-PERKINS, 1960), os data como da segunda metade do século V, cronologia semelhante à adotada por E. James (que admite que os sarcófagos podem ter sido produzidos até o início do século VI) e H.S. Sivan. A questão cronológica é importante, mas como apontado por James, de difícil solução (JAMES, 1993). O outro ponto de debate é a natureza dessas peças. Para Sivan, a particularidade delas pode ser explicada justamente a partir da presença dos visigodos naquela área até a batalha de Vouillé de 507. Por outro lado, James faz uma análise mais ampla e que soa mais convincente. Esses sarcófagos precisam ser analisados a partir de um contexto mais amplo.

Esse contexto, para o autor, é o de uma aproximação mais íntima entre nobres e as hierarquias eclesiásticas. Os nobres começaram a investir na construção de igrejas em pedra, como a rica Notre-Dame-la-Daurade em Toulouse. Pode ser que esses investimentos nas igrejas tenham se expandido para a produção de sarcófagos mais ricamente decorados. Dessa maneira esses sarcófagos poderiam ter sido produzidos para nobres que floresciam na segunda metade do século V na região Sudeste da Gália. A relação entre eles e os visigodos, embora sugerida por James a partir dos estudos de M. Kazanski, não é algo que pode ser comprovado. Já para Young (YOUNG, 2012), os sarcófagos atestam a presença dos bárbaros na região, porém bárbaros influenciados pela cultura material da área do Danúbio, algo que provavelmente se expandiu para a Hispânia conforme atestam os estudos de López Quiroga, dessa maneira, esses bárbaros poderiam ser muitos e não é possível dizer que o estilo empregado era definitivamente visigodo. Não obstante, na linha argumentativa de López Quiroga, é possível que esses sarcófagos sejam mais um sinal das relações entre a Hispânia e a Gália do que a evidência de migrações propriamente ditas. Embora a hipótese de Sivan não deva ser de todo descartada, a de James parece ser a mais interessante. Ora, se de fato os visigodos na Aquitânia foram os responsáveis pelos o surgimento de sarcófagos tão ricamente decorados é de se perguntar o motivo desse tipo de “tradição” não ter chegado até a Hispânia. Aparentemente os sarcófagos parecem definir uma nobreza

específica da área do Sudeste da Gália sem uma filiação étnica “visigoda”, mas, como no caso da Hispânia, com significativas trocas com as áreas danubianas.

No que concerne aos visigodos no Ocidente do século V a meados do VI, no mínimo, há um grande descompasso entre o que dizem as fontes escritas e a arqueologia. Isso entretanto não deve nem desmerecer a arqueologia e tampouco as fontes escritas. Deve servir, antes, para pensarmos sobre quais sutilezas se construíam identidades políticas naqueles séculos. O fato é que os visigodos nas fontes escritas, e para esse período se destaca a narrativa de Jordanes, existiam como uma unidade política num contexto de disputas territoriais e de autoridade régia sobre seus subordinados. Arqueologicamente falando, contudo, não contamos com dados seguros para afirmar que os visigodos formavam uma *gens* com uma identidade expressa na cultura material. Ao menos, a partir dos parâmetros atuais, isso não pode ser afirmado.

E. James e mais modernamente G. Halsall ilustraram bem o problema com o qual lidamos: caso não existissem as fontes escritas, caso só contássemos com as fontes arqueológicas, não saberíamos que os godos foram assentados na Aquitânia, simplesmente porque não existe nenhuma evidência arqueológica segura que prove esses assentamentos (JAMES, 1991. HALSALL, 2011). E o problema se amplifica ao constatarmos que algo semelhante vale para a Hispânia (PINAR GIL, 2012).

Encontramos nesse ponto uma diferença crítica entre as fontes escritas e as fontes arqueológicas. Essa diferença coloca um grande ponto de interrogação nas leituras mais tradicionais que relacionam os artefatos arqueológicos com os godos, que os tomam como uma prova das fontes escritas. Além disso, essas diferenças prejudicam a hipótese Wenskus/Wolfram. Ora, se ocorreu um processo de etnogênese, em que nível ele se desenvolveu? Apenas no plano escrito? Não deixou nenhum rastro material? Se assim o foi, é cabível questionar se esse processo não estava restrito apenas a uma pequena elite com acesso à escrita, sem portanto grandes impactos na vida cotidiana dos demais “godos”. Nesse ponto a crítica de M. Coumert faz todo o sentido: é cabível falarmos da etnogênese de uma *gens* quando esse processo ocorreu apenas num segmento restrito daquele grupo? (COUMERT, 2007)

Resta-nos finalmente as hipóteses dos críticos incisivos da teoria Wenskus/Wolfram: a negação da importância do elemento *gens* no processo. Mas essa hipótese esbarra justamente nas fontes escritas. Ora, o que queremos dizer é que a

inexistência de dados arqueológicos que atestem a presença dos godos na Aquitânia não elimina o fato de que nas fontes escritas o “fator gótico” foi usado para explicar o que acontecia na região, e o que depois se estendeu pela Península Ibérica até chegar à ciência de Idácio de Chaves. A questão é que no plano narrativo os godos existiam, e isso é inquestionável e não pode ser respondido apenas afirmando que era desimportante. Não parece ter sido quando a eles foram atribuídas enormes catástrofes, não parece ter sido quando na constituição do *Regnum Gothorum* ao longo dos séculos VI e VII a relação entre a *gens gothorum*, a *patria* e o *rex* se tornou o tema central das histórias, como vemos na famosa *Historia Gothorum* de Isidoro de Sevilha, e também das leis, como atestamos na *Lex Gothorum* no seu livro II, 1, 8.<sup>29</sup> O que nos traz a grande pergunta: mas quem eram esses godos? Por que esse nome “étnico” foi evocados pelos autores desses documentos?

O primeiro ponto que devemos levar em consideração são as diferenças narrativas intrínsecas entre as fontes narrativas escritas e as narrativas materiais, objetos da arqueologia. O descompasso entre as informações não se explica pelo fato de que uma ou outra está “mentindo”, mas sim pela diferença das intenções. É muito difícil definir o que exatamente a família de uma pessoa falecida queria expressar quando enterrava o corpo num, por exemplo, sarcófago ricamente decorado. Mas quando um autor, como Idácio de Chaves, escrevia uma história, ele se inseria nas disputas políticas que estavam em voga. Ele, no intento de preservar os eventos importantes, os selecionava, os organizava e os registrava no gênero narrativo histórico que gozava do pressuposto da “verdade”, como ilustrou Isidoro de Sevilha:

Historia é a narração de acontecimentos, pela qual se conhecem os sucessos que tiveram lugar em tempos passados. O nome de história deriva do grego *historeîn*, que significa ver ou conhecer. E é que entre os antigos não escrevia história quem não tenha sido testemunha e havia visto os feitos que deveriam narrar. Melhor conhecemos os feitos que observamos com nossos próprios olhos que os que conhecemos por ouvido. 2. as coisas que se vê podem ser narradas sem falsidade. Esta disciplina se integra à gramática porque às letras se confia quando é digno de recordação. (Etimologias, I, 41)<sup>30</sup>

O que queremos dizer com isso é que as narrativas escritas não apenas registravam uma realidade externas a elas, elas criavam realidades, realidades que

poderiam ganhar uma dimensão concreta, no caso dos godos, isso se apresentou com a formação do *regnum gothorum*, um reino forjado a partir da construção de uma memória antes que a partir de um registro de memória. Em certas circunstâncias essa construção teve desdobramentos que se refletiram materialmente, como no caso da famosa tumba de Childerico (HALSALL, 2010), a sepultura do pai do rei franco Clóvis rica em símbolos que foram interpretados como de origem bárbara e pagã. Em poucas palavras, no plano narrativo escrito os bárbaros, e especificamente os godos, existiam. Não só existiam como nessa dimensão da realidade cumpriram um papel. Cabe refletirmos sobre esse papel no contexto da Aquitânia.

O estabelecimento dos godos especificamente naquela região foi um tema intrigante para os historiadores. A Aquitânia era uma região rica e um dos principais centros romanos na Gália (BURNS, 1992), por quais razões o imperador decidiu assentar ali um grupo que anos antes havia supostamente liderado um saque na própria Roma? Historiadores como E.A. Thompson, J.M. Wallace-Hadrill e V. Burns ensaiaram hipóteses para explicar o evento que passavam desde uma tentativa de sufocar as *Bacaudae* na região assim como administrar a própria presença deles no Império (THOMPSON, 1963), ou usá-los como aliados na repressão aos assédios vindos do Norte pelo mar (Wallace-Hadrill, 1962. p.25-33) ou ainda afastá-los do Mediterrâneo (BURNS, 1992). Nossa proposta é um pouco diversa e agrega a discussão que conduzimos até aqui.

Como muito bem aponta Burns a Aquitânia foi uma região crítica para os imperadores. A rebelião daquele que ficou conhecido como Constantino III e que se expandiu para a Gália a partir da Britânia assim como a usurpação de Jovino exemplificam a fragilidade da autoridade imperial na região e a importância do controle da Aquitânia que abrigava elites políticas hostis ao Império (DRINKWATER, 1998). Recuperar o controle da região era importante, mas ainda não explica o envio justamente dos godos para a Aquitânia.

Talvez, essa dificuldade de explicação seja resultado de uma abordagem equivocada do problema. Ora, vimos que não há qualquer indício material que sustente a presença dos godos na Aquitânia, contamos tão-somente com os registros escritos e, agora, pelas rebeliões que usurparam o poder a partir da Britânia e da Gália, notamos que os membros das elites políticas da zona não estavam totalmente satisfeitos com a

atuação imperial. A partir disso acreditamos ser possível cogitar que talvez Honório não tenha enviado tropas godas para a Aquitânia, e sim tropas romanas que não devem ter sido bem recebidas pelas elites políticas com tendências à rebelião. Não satisfeitas com a ação do imperador, membros das elites iniciaram uma campanha difamatória chamando as tropas imperiais de godas, em outras palavras, de “bárbaras” que provocaram uma catástrofe na região, e isso não só repercutiu como foi propagandeado pela escrita. Essa possibilidade talvez possa nos oferecer uma alternativa para explicar tanto a estranheza do envio dos “godos” para a Aquitânia quanto a falta de qualquer indício que sustente a presença deles na área, ora, isso ocorreu porque quem pode ter estado ali eram tropas romanas enviadas pelo imperador, talvez com soldados bárbaros, mas sempre tropas romanas. Isso também pode nos ajudar a compreender porque a chegada dessas tropas causaram, de acordo com as narrativas escritas, uma enorme crise: é que talvez, ao menos para o século V na área da Aquitânia, as catástrofes provocadas pelos “bárbaros” existiam também apenas na narrativa escrita que talvez objetivasse colocar em dúvida a própria legitimidade das ações do Imperador.

A partir dessa perspectiva a própria Queda de Roma também ganha novas possibilidades de interpretação, especialmente no que concerne a suposta participação dos bárbaros no processo. Isso pode ter ocorrido porque as elites políticas nas áreas mais ocidentais do império não queriam reconhecer a autoridade imperial, aquela autoridade se tornara ela mesma a barbárie. Derrotá-la implicava em provar que os imperadores não representavam mais a *Romanitas*, pelo contrário, suas tropas e suas tentativas de afirmação provocavam tão-somente catástrofes. Nesse sentido, a própria crise do Império pode ter sido uma construção narrativa que extrapolou a escrita e ganhou contornos concretos com o estabelecimento de novos reinos cada vez mais independentes do poder imperial e que ao longo dos anos afirmaram tal independência a partir da construção de novas identidades (gods, francas, suevas, etc) que poderiam tanto representar a continuidade de Roma, como quando séculos depois Carlos Magno se declarou imperador romano, quanto a distância de Roma, como quando os “visigodos” afirmavam o próprio “arianismo” em detrimento à religião “romana”. Foram essas narrativas que criaram o início do processo que Flávio Biondo, Gibbon e seus sucessores conheceram e corretamente interpretaram como o ápice da decadência romana, ora, essa decadência de fato existiu na realidade das disputas políticas, e tão-



somente nelas.

Assim um possível caminho interpretativo se revela a partir da pergunta: A crise e queda do Império Ocidental é observável a partir de qual referencial? O escrito ou o material? Dependendo do referencial a resposta pode ser negativa ou positiva, enfim, tanto a Alta Idade Média (as narrativas do declínio) quanto a Antigüidade Tardia (as narrativas da continuidade) podem ser perspectivas válidas.

## Fontes

AMIANO MARCELINO *Res Gestae*. Edição bilíngue (latim-inglês): ROLFE, J.C. *Ammianus Marcellinus. Res Gestae*. 3 Vols. Londres & Cambridge: William Heinemann, Harvard University Press, 1935.

IDÁCIO DE CHAVES *Chronica*. Edição MGH: MOMMSEN, T. *Hydatii Lemici Continuatio chronicorum Hieronymianorum*. A.A. Tomo XI, V.II.1894.  
BURGESS, R.W. *The "Chronicle" of Hydatius and the Consularia Constantinopolitana: two contemporary accounts of the final years of the Roman Empire*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

ISIDORO DE SEVILHA *Etymologiarum*. Ed. Bilíngüe (latim-espanhol) de J.O. Reta e M.A.M, Casqueros. Madrid: BAC, 1975.

LEGES VISIGOTHORUM ed. ZEUMER, K. MGH *Leges* 1/1, 1902.

PRÓSPERO DA AQUITÂNIA ed. MOMMSEN, T. MGH. AA.AA. t.IX, v.1. 1892.

## Bibliografia

BIERBRAUER, V. 'Archäologie und Geschichte der Goten vom 1.–7. Jahrhundert'. *Frühmittelalterlichen Studien*, n. 28, p.51–172, 1994.

BRINK, S. People and Land in Early Scandinavia. In: GARIPZANOV, I.H., GEARY, P.J. & URBAŃCZYK, P. *Franks, Nothmen, and Slavs: Identities and State Formation in Early Medieval Europe*. Turnhout: Brepols, 2008. p.87-112.

BROWN, P. *The World of Late Antiquity: from Marcus Aurelius to Muhammad*. Londres: Thames & Hudson, 1971.

\_\_\_\_\_. The World of Late Antiquity Revisited. *Symbolae Osloenses*. n.72, p.5-30, 1997.

BURGESS, R.W. *The "Chronicle" of Hydatius and the Consularia Constantinopolitana: two contemporary accounts of the final years of the Roman Empire*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

BURNS, Vincent. The Visigothic settlement in Aquitania: Imperial Motives. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*. v.41, n.3, p.362-373, 1992.

BURMEISTER, S. Approaches to an Archaeological proof of migration. *Current Anthropology*. v.41, n.4, p.539-567, ago/out. 2000.

CAMERON, A. Remaking the Past. In: BOWERSOCK, G.W., BROWN, P. & GRABAR, O. (eds). *Interpreting Late Antiquity. Essays on the Postclassical World*. Cambridge, Londres: The Belknap Press, 2001.

COUMERT, M. L'identité ethnique dans les récits d'origine: l'exemple des Goths. In: BAUDUIN, P, GAZEAU, V. & MODÉLAN, Y. *Identité et ethnicité: concepts, débats historiographiques, exemples. IIIe-XIIIe siècle*. Tables rondes du Centre de recherches archéologiques et historiques médiévales de Caen, 3. Out. 2004. p.49-73.

- \_\_\_\_\_. *Origines des peuples. Les récits du Haut Moyen Âge Occidental (550-850)*. Paris: Institut d'Études Augustiniennes, 2007.
- CURTA, F. Some remarks on ethnicity in medieval archaeology. *Early Medieval Europe*. v.15, n.2, p.159-185, 2007.
- DRINKWATER, J.F. The Usurpers Constantine III (407-411) and Jovianus (411-413). *Britannia*. v.19, p.269-298, 1998.
- FEUGÈRE, M. Fibules wisigothiques et de type germanique en Gaule méridionale. *Archéologie du Midi médiéval*. T.6, p.3-11, 1988.
- FLAVIO BIONDO. *Historiarum ab inclinatione Romanorum imperii decades*. f.5. *Fac-símile* disponível em: [http://bildsuche.digitale-sammlungen.de/index.html?c=viewer&lv=1&bandnummer=bsb00092410&pim\\_age=00092410&suchbegriff=&l=en](http://bildsuche.digitale-sammlungen.de/index.html?c=viewer&lv=1&bandnummer=bsb00092410&pim_age=00092410&suchbegriff=&l=en) (consultado no dia 21 de dezembro de 2015)
- FRIGHETTO, R. O rei e a lei na Hispania Visigoda: Os limites da autoridade régia segundo a Lex Wisigothorum, II, 1-8 de Recesvinto (652-670). In: FRIGHETTO, R. & GUIMARÃES, M.L. (coords). *Instituições, poderes e jurisdições*. Curitiba: Juruá, 2007. p.117-135.
- \_\_\_\_\_. Transformação e tradição: a influência do pensamento político e ideológico do mundo romano clássico na antiguidade tardia. **Diálogos**. Maringá: DHI/PPH/UEM, vol., 12, n.,3, p.19-42. 2008.
- \_\_\_\_\_. *Antiguidade Tardia. Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações*. Séculos II-VIII. Curitiba: Juruá, 2012.
- FUSTEL DE COULANGES, N.D. *Histoire des Institutions politiques de l'Ancienne France*. v.II. L'invasion germanique et la fin de l'empire. Paris: Librairie Hachette, 1904.
- GAUPP, E.T. *Die germanischen Ansiedlungen und Landtheilungen in den Provinzen des Römischen Westreiches in ihrer völkerrechtlichen Eigenthümlichkeit und mit Rücksicht auf verwandte Erscheinungen der alten Welt und des späteren Mittelalters dargestellt*. Breslau: Josef Max & Comp., 1844.
- GIBBON, E. *The History of the decline and fall of the Roman Empire*. London: Penguin Books, 2000. (Primeira edição: 1776)
- GILLET, A. Was Ethnicity Politicized in Earliest Medieval Kingdoms? In: GILLET, A. (ed.) *On barbarian identity: critical approaches to ethnicity in the Early Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2002. p.85-121.
- \_\_\_\_\_. Introduction. Ethnicity, History and Methodology. In: GILLET, A. (ed.) *On barbarian identity: critical approaches to ethnicity in the Early Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2002. p.1-18.
- GOETZ, H.-W, JARNUT, J. & POHL, W. *Regna and Gentes. The relationship between Late Antique and Early Medieval peoples and kingdoms in the Transformation of the Roman World*. Leiden & Boston: Brill, 2003.
- GOFFART, W. *Barbarians and Romans. A.D. 418-584. The techniques of accommodation*. Princeton: Princeton University Press, 1980.
- \_\_\_\_\_. Foreigners in the *Histories* of Gregory of Tours. *Florilegium*. v.4, p.80-99, 1982.
- \_\_\_\_\_. Does the Distant Past Impinge on the Invasion Age Germans? In: GILLET, A. (ed.) *On barbarian identity: critical approaches to ethnicity in the Early Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2002. p.21-37.

- \_\_\_\_\_. Rome's final conquest: The Barbarians. *History Compass*. v.6, n.3, p.855-883, 2008.
- \_\_\_\_\_. The technique of Barbarian Settlement in the fifth century: A personal, streamlined account with ten additional comments. *Journal of Late Antiquity*. v.3, n.1, p.65-98, 2010.
- HALSALL, G. *Barbarian Migrations and the Roman West*. 376-568. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Cemeteries and Society in Merovingian Gaul*. Selected Studies in History and Archaeology. 1992-2009. Leiden & Boston: Brill, 2010. p.169-187. Originalmente publicado em: MATHISEN, R.W. & SHANZER, D. *Society and Culture in Late Roman Gaul*. Revisiting the Sources. Andershot, 2001. p.116-33.
- \_\_\_\_\_. Ethnicity and early medieval cemeteries. *Arqueología y Territorio Medieval*. n.18, p.15-27, 2011.
- HERDER, J.G. *Outlines of a philosophy of the history of man*. Vol.II. Londres: Luke Hansard, 1803. (Originalmente publicado entre 1784 e 1791 com o título "Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit")
- JAMES, E. Septimania and its Frontiers: An Archaeological Approach. In: JAMES, E. (ed.). *Visigothic Spain: New Approachs*. Oxford: Clarendon Press, 1980.
- \_\_\_\_\_. 'Les problèmes archéologiques du Sud-Ouest wisigothique et franque', in: PÉRIN, P. (ed). *Gallo-Romains, Wisigoths et Francs en Aquitaine, Septimanie et Espagne*. Actes des VIIe Journées internationales d'Archéologie mérovingienne, Toulouse 1985. ROUEN, 1991.
- \_\_\_\_\_. The historical and archaeological context of the south-west gallic sarcophagi. *Antiquité Tardive*. v.1, p.23-28. 1993.
- KAZANSKI, M. *Les goths*. (Ier-VIIe après J.-C.) Paris: Editions Errance, 1991.
- \_\_\_\_\_. & PÉRIN, P. Les barbares 'orientaux' dans l'armée romaine en Gaule. In: VALLET, F. KAZANSKI, M., PÉRIN, P. (ed.). *Des Royaumes barbares au Regnum Francorum: L'Occident à l'époque de Childéric et de Clovis*. (vers 450-vers 530). Actes des XVIIIes Journées Internationales d'Arquéologie Mérovingienne. Saint-Germain-en-Laye. Musée des Antiquités Nationales, 23-24 avril 1997.
- KULIKOWSKI, M. *Rome's Gothic Wars. From the Third century to Alaric*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- LÓPEZ QUIROGA, J. Elementos "foráneos" en las necrópolis tardorromanas de Beiral (Ponte de Lima, Portugal) y Vigo (Pontevedra, España): de nuevo la cuestión del siglo V d.C. en la Península Ibérica. *CuPAUAM*, 27, p.115-124, 2001.
- LOT, F. Du régime de l'hospitalité. *Revue belge de philologie et d'histoire*. t.7, fasc.,3, p.975-1011, 1928.
- MATHISEN, R.W. Emigrants, exiles, and survivors: Aristocratic option in Visigothic Aquitania. *Phoenix*. v.38, n.2, p.159-170, 1984.
- McKITTERICK, R. & QUINAULT, R. Introduction. In: Idem (eds). *Edward Gibbon and Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MUHLBERGER, S. Prosper's Epitoma Chronicon: was there as edition of 443? *Classical Philology*. v.81, n.3, p.240-244, jul. de 1986.
- MURRAY, A.C. Reinhard Wenskus on 'Ethnogenesis', Ethnicity, and the Origin of the Franks. In: : GILLETT, A. (ed.) *On barbarian identity: critical approaches to ethnicity in the Early Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2002. p.39-68)

- PINAR GIL, J. Accesorios de indumentario del regnum visigodo temprano (siglos V-VI). Università di Bologna, 2012.
- POHL, W. Telling the difference: signs of ethnic identity. In: POHL, W. & REIMITZ, H. (eds.) *Strategies of Distinction. The Construction of Ethnic Communities, 300-800*. Leiden, Bostin, Kölh, 1998.
- \_\_\_\_\_. Ethnicity, theory and tradition: a response. In: GILLET, A.(ed.). *On Barbarian Identity. Critical Approaches to Ethnicity in the Early Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2002.
- \_\_\_\_\_. El concepto de etnia en los estúdios de la Alta Edad Media. In: LITTLE, Lester K. & ROSENWEIN, Barbara (eds.) *La Edad Media a Debate*. Madrid: Akal, 2003.
- \_\_\_\_\_. Gender and ethnicity in the early Middle Ages. In: BRUBAKER, L. & SMITH, Julia M.H. *Gender in the Early Medieval World*. East and West, 300-900. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- \_\_\_\_\_. Aux origines d'une Europe ethnique: Transformations d'identités entre Antiquité et Moyen Âge. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 60e Année, n.1, p.183-208, 2005.
- \_\_\_\_\_. The Regia and the Hring – Barbarian places of power. In: DE JONG, M. THEUWS, F. & VAN RHIJN, C. *Topographies of power in the Early Middle Ages*. Leiden, Boston, Köln: Brill, 2011.
- \_\_\_\_\_. Introduction – strategies of identification: a methodological profile. In: POHL, W. & HEYDEMANN, G. *Strategies of identification. Ethnicity and Religion in Early Medieval Europe*. Turnhout: Brepols, 2013.
- RETA, J.O. & CASQUEROS, M.A.M. ISIDORO DE SEVILHA - ETYMOLOGIARUM. Ed. Bilíngüe (latim-espanhol). Madrid: BAC, 1975.
- RIPOLL, G. Características generales del doblamiento y la arqueología funeraria visigoda de Hispania. *Espacio, Tiempo y Forma, S.I. Prehist. y Arqueol.*, t.2, p.389-418, 1989. p.392-294.
- \_\_\_\_\_. The arrival of the Visigoths in Hispania: Population problems and the process of acculturation. In: POHL, W. & REIMITZ, H. (eds). *Strategies of distinction: the construction of ethnic communities, 300-800*. Leiden, Boston, Köln: Brill, 1998. p.153-187.
- \_\_\_\_\_. Changes in the Topography of Power: From *Civitates* to *Vrbes Regiae* in Hispania. In: CORRADINI, R.; DIESENBERGER, M. & REIMITZ, H. *The Construction of Communities in the Early Middle Ages. Texts, resources and Artefacts*. Leiden, Boston: Brill, 2003. p.123-148.
- ROLFE, J.C. *Ammianus Marcellinus*. Vol. III. Cambridge, London: Harvard University Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Ammianus Marcellinus*. Vol. II. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2000.
- RÜSEN, J. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001. (Primeira Edição: 1983)
- \_\_\_\_\_. Historical Narration: Foundation, types, reason. *History and Theory*. v.26, n.4, p.87-97, 1987.
- \_\_\_\_\_. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. *Textos de História*. v.4, n.1, p.75-102, 1996.

- SERGI, G. L'idea di medioevo. In: *Storia Medievale*. Manuale Donzelli. Roma: Donzelli editore, 1998. p.3-41.
- SHCHUKIN, M. Les Gothons, les Goths et la civilisation de Wielbark. In: SHCHUKIN, M., KAZANSKI, M. & SHAROV, O. *Des les goths aux huns: Le nord de la mer noire au Bas-empire et l'époque des grandes migrations*. BAR. n.1535, 2006. p.13-24.
- SIVAN, H.S. Funerary monuments and funerary rites in late antique Aquitaine. *Oxford Journal of Archaeology*. v.5, n.3, p.339-353, 1986.
- THOMPSON, E.A. The Visigoths from Fritgern to Euric. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*. v.12, n.1, p.105-126, Jan. de 1963.
- WALLACE-HADRILL, J.M. *The long-haired kings and other studies of Frankish History*. NY: Barnes and Noble, 1962.
- WARD-PERKINS, B. *The fall of Rome and the end of civilization*. Oxford e New York: Oxford University Press, 2005.
- WARD-PERKINS, J.B. A carved marble fragment at Riom (Puy-De-Dôme) and the chronology of the Aquitanian sarcophagi. *The Antiquaries Journal*. v.40, n.1-2, p.25-34, abril de 1960.
- WENSKUS, Reinhard. *Stammesbildung und verfassung: Das werden der frühmittelalterlichen gentes*. Colônia: Böhlau, 1961.
- WICKHAM, C. The other transition: from the Ancient World to Feudalism. *Past & Present*. n.103, p.3-36, 1984.
- \_\_\_\_\_. La caída de Roma no tendrá lugar. In: LITTLE, L.K. & ROSENWEIN, B.H. *La Edad Media a debate*. Madrid: Ediciones Akal, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Framing the Early Middle Ages*. Europe and the Mediterranean. 400-800. Nova York: Oxford University Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. *The Inheritance of Rome. A History of Europe from 400 to 1000*. Londres: Viking, 2009.
- WOLFRAM, H. The shaping of Early Medieval kingdom. *Viator*. v.I, p.1-20, 1970.
- \_\_\_\_\_. *History of the Goths*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1987. Edição original: *Geschichte der Goten. Entwurf einer historischen Ethnographie*. München, 1979.
- \_\_\_\_\_. The Goths in Aquitaine. *German Studies Review*, v.2, n.2, p.153-168. 1979.
- \_\_\_\_\_. Le genre de l'Origo gentis. *Revue belge de philologie et d'histoire*. T. 68, fasc.4, p.789-801. 1990.
- WOOD, I. Barbarian, Historians, and the Construction of National Identities. *Journal of Late Antiquity*, v.1, n.1, p.61-81, Spring 2008.
- YOUNG, B.K. Has anyone seen the Barbarians? Remarks on the missing archeology of the Visigoths in Gaul. In: MATHISEN, R.W. & SHANZER, D. (ed.). *The Battle of Vouillé, 507 CE. Where the France Began*. Boston & Berlin: De Gruyter, 2012. p. 183-201.

<sup>1</sup> Nas palavras de Biondo: *Pariter de causis sicut [et] de principio quid sentiamus pr[a]efaturi dicimus: haudqua[uam] absurde sentire qui ea imperii quassationem ab Caesaris oppressione rei publica ideo causam habuisse opinantur quod simul cum libertate interierint bene [et] sancte uiuendi artes [et] sublato per unius potentiam legum metu principibusque uirtute[m] [et] animi magnitudine[m] ducentibus suspectam ignaui fortibus bonis perditu grauibur [et] sanctis ganeones ac adultores fuerint in magistratibus honoribusque praelati. Nec eos asperandos sentimus: qui ab caduca [et] fluxa rerum mundi conditione sumpta ratione, dicunt Romanos eadem fatoru[m] serie orbis imperium amisisse, qua nonnulli populi [et] magnitudines prope paris urbes ad opum tenuitatem maximam deuenerunt.* (Flavio Biondo. *Historiarum ab inclinatione...* livro I)

<sup>2</sup> Nas palavras de Gibbon sobre a chegada dos bárbaros à Gália: *Yet these domestic misfortunes, which are seldom the lot of a vanquished people, had been felt and inflicted by the Romans themselves, not only in the insolence of a foreign conquest, but in the madness of civil discord.* GIBBON, v. III, cap. XXXI, part. VII.

<sup>3</sup> Seguimos Jörn Rüsen em sua definição de “narrativa” histórica. Não se trata de considerá-la uma mera dimensão literária (RÜSEN 1996), mas de tomar a narrativa histórica a partir de sua especificidade, a saber, sua intensão de outorgar sentido ao tempo (RÜSEN, 1987) de uma maneira muito prática que agrega a interpretação do passado, a compreensão do presente e a projeção do futuro (RÜSEN, 2001. p.160)

<sup>4</sup> “*The ruin of the opulent provinces of Gaul may be dated from the establishment of these Barbarians, whose alliance was dangerous and oppressive, and who were capriciously impelled, by interest or passion, to violate the public peace.*” (GIBBON, v. III, cap. XXXI, part. VII.)

<sup>5</sup> Dentre elas podemos destacar a leitura engendrada principalmente por autores de língua alemã que embora não negassem o declínio de Roma viam a chegada dos bárbaros como um fenômeno que renovou a Europa, como defendeu por exemplo J.G. Herder (HERDER, 1803, p.239)

<sup>6</sup> Tradução baseada na versão em inglês de J.C. Rolfe (ROLFE, 2000. p.587 e 589). Original: *Hoc tempore velut per uniuersum orbem Romanum, bellicum canentibus bucinis, excitae gentes saevisissimae, limites sibi proximos persultabant. Gallias Raetiasque simul Alamanni populabantur; Sarmatae Pannonias et Quadi; Picti Saxonesque et Scotti, et Attacotti Britannos aerumnis vexauere continuis; Austoriani Mauricaeque aliae gentes, Africam solito acrius incursabant; Thracias et Pannonias diripiebant praedatorii globi Gothorum.*

<sup>7</sup> Tradução baseada na versão em inglês de J.C. Rolfe (ROLFE, 1986. p.21). Original: *Dum aguntur ante dicta per Gallias et Italiam, novi per Thracias, exciti sunt procinctus. Valens enim ut consulto placuerat fratri, cuius regebatur arbitrio, arma concussit in Gothos, ratione iusta permotus, quod auxilia misere Procopio, civilia bella coeptanti.*

<sup>8</sup> Amiano Marcelino. *Res Gestae*. XXIII, 3, 1

<sup>9</sup> Amiano Marcelino. *Res Gestae*. XXV, 9, 13

<sup>10</sup> Amiano Marcelino. *Res Gestae*. XXII, 7, 8.

<sup>11</sup> *Gothi pacis placita perturbant et pleraque municipia vicina sedibus suis occupant, Narbonensi oppido maxime infesti.* (Os godos perturbaram os acordos de paz e ocuparam muitos municípios vizinhos a sede deles [Aquitânia], assediaram especialmente a cidade de Narbona). Próspero da Aquitânia. *Epitoma Chronicon*, 1324.

<sup>12</sup> Tradução baseada na tradução de R.W. Burgerss (BURGESS, 1993. p.107). Original: *Romanorum magna agitur captiuitas captiuorum; sanctorum basilicae effractae; altaria sublata atque confracta; uirgines dei exim quidem abductae, sed integritate seruata; clerus usque ad nuditatem pudores exutus; promiscui sexus cum paruulis de locis refugii sanctis populus omnis abstractus; iumentorum, pecorum, camellorumque errore locus sacer impletus; scripta super Hierusalem ex parte caelestis irae renouauit exempla.*

<sup>13</sup> E dizemos “quase um cânone” porque não podemos ignorar as exceções. Dentre eles se destaca o notável estudo de Fustel de Coulanges onde o autor apresenta um significativo ceticismo em relação a ideia de que os godos, por exemplo, formavam uma nação coesa (FUSTEL DE COULANGES, 1904. p.420), ideia esta propagada não só pelas fontes, mas pela historiografia do século XX.

<sup>14</sup> CCLXXVII. *Sortes Gothicas et tertias [Roma]norum, quae intra L annis non fuer[int] reuocate, nullo modo repetantur.* Ou seja: as *sortes* godas e as *tertias* romanas que não fossem reivindicadas num prazo de cinquenta anos não poderiam ser restituídas aqueles que as reivindicavam.

<sup>15</sup> “[...] *the luster of ‘eternal Rome’ has never dimmed, and much that was embodied in its Empire - religion in the lead - was carried forward into the Middle Ages and beyond*”. (GOFFART, 2008. p.860)

<sup>16</sup> Os defensores da continuidade de Roma especificamente e da Antiguidade como um todo são muitos e lidam como temas diversos desde o Bizâncio, como atestam os estudos de A. Cameron, até o Reino Visigodo, como ilustram os trabalhos de R. Frighetto. Para uma visão detalhada sobre o tema convém consultar: CAMERON, 2001. p.1-20. FRIGHETTO, 2008.

<sup>17</sup> “*The fall of Rome and the end of civilization*”.

<sup>18</sup> Como exemplo podemos citar: WICKHAM, 1984, WICKHAM, 2003, WICKHAM, 2005, WICKHAM, 2009.

<sup>19</sup> “*Haec [Scandza] a fronte posita est Vistulae Fluminis [...]*” Jordanes. *Gética*, 16. Edição: *Iordanis Romana et Getica*. Ed. T. Mommsen. MGH. AA.AA. t.V. Berlim: 1882.

<sup>20</sup> Pela importância dos dois autores na formulação da teoria a chamaremos de tese Wenskus/Wolfram. Optamos por essa terminologia ao invés qualificá-la como a hipótese da etnogênese porque Wenskus não foi o responsável pela apropriação desse termo, algo desenvolvido posteriormente por Wolfram. Cf: COUMERT, 2004.

<sup>21</sup> Essa concepção pode ser atestada no volume *Regna and Gentes* (GOETZ, H.-W, JARNUT, J. & POHL, W., 2003)

<sup>22</sup> Como ilustra a passagem: *Wolfram adapts Wenskus’s practice of pulling back and then leaping forward; his special twist is that he ‘disclaims and retains’*. In one instance, he approves of sharply restricting the authority of Caesar and Tacitus as sources of German constitutional history, then in the next lines he recovers the lost ground and restores Caesar and Tacitus to this habitual role. (GOFFART, 2002. p.32)

<sup>23</sup> *Wolfram, who often repeats these same words of the Germania, invariably treats paucitas nobilitat as though it were a Germanic idea, rather than a fragment of Tacitean eloquence. He does the same even more forcefully with Tacitus’s reference to vera et antiqua nomina. The transformation of Tacitean phrases into particles of Germanic wisdom are one dimension of Wolfram’s method as an ‘exegetic historian’* (GOFFART, 2002. p.35)

<sup>24</sup> *Certain names (such as ‘Goth’) ‘mark their bearers as reborn divine ancestors’; Wolfram affirms this often, but without disclosing what makes it true. With only the word ‘witches’ in hand, he spins imaginary stories of tension among early Goths and expects them to be believed.* (GOFFART, 2002. p.35)

<sup>25</sup> Sobre a qualificação do grupo pró-etnogênese como “Escola de Viena” e sua contraparte como “Escola de Toronto”, Cf: CURTA, 2007.

<sup>26</sup> Kazanski recorrentemente questiona a ligação imediata entre artefatos distintos do “mundo romano” com os godos. Um exemplo desse questionamento pode ser encontrada em: KAZANSKI & PÉRIN, 1997.

<sup>27</sup> Cabe enfatizar aqui que este é um exercício que interpreta o processo a partir de temas centrais das hipóteses em debate. Uma análise detalhada dos textos dos pesquisadores de cada uma das três escolas, alguns já apresentados no tópico anterior, revelará nuances na análise do processo. Em suma, o que fazemos aqui é principalmente analisar quais são as possibilidades de desdobramento que essas hipóteses nos oferecem.

<sup>28</sup> Algo também defendido por M. Feugère (FEUGÈRE, 1988) e G. Ripoll para a expansão dos godos na Península Ibérica (RIPOLL, 1989; 1998, p.153-187; 2003, p.123-148)

<sup>29</sup> Sobre o trecho: FRIGHETTO, 2007. p.117-135.

<sup>30</sup> Original: *Historia est narratio rei gestae, per quam ea, quae in praeterito facta sunt, dinoscuntur. Dicta autem Graece historieîn, id est a videre cognoscere. Apud veteres enim nemo conscribat historiam, nisi is qui interfuisse, et ea quae conscribenda essent vidisset. Melius enim oculis quae fiunt deprehendimus, quam quae autitione colligimus. 2. Quae enim videntur, sine mendacio proferuntur. Haec disciplina ad Grammaticam pertinet, quia quidquid dignum memoria est litteris mandatur.* Tradução baseada na edição bilíngue de J.O. Reta e M.A.M, Casqueros (RETA & CASQUEROS, 1975)